



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais



ATA Nº. 031/2011

PROCESSO nº. 2085/2011

LICITAÇÃO nº. 146/2011 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 21.11.12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 21 dias do mês de novembro de 2011, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE ÚNICO – BANDERBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., com sede na Rua Tupis, 1682/1700, salas 22, 23 e 26, bairro Barro Preto, em Belo Horizonte, MG, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º. 21.203.567/0001-35, neste ato representada por sua sócia Sra. Amazildes Vieira Lima, residente à Rua Paineiras, nº 1119, bairro Eldorado, portadora da Carteira de Identidade n.º M-2.265.050, CPF n.º 418.002.816-68.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de bandeiras do Poder Judiciário de Minas Gerais, de mastros e de pedestais, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais anexos do edital, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação – Pregão 146/2011.

1.1. Este instrumento não obriga o TRIBUNAL a adquirir o (s) objeto nele registrado (s) nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedor registrado encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até 20 (vinte) dias.

6.1. Local e horário para entrega: Os materiais deverão ser entregues na COMAT, situada na Av. do Contorno, 629 – Floresta, Belo Horizonte, Minas Gerais, das 8:30 às 11:30 horas e das 12:30 às 16:30 horas

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31) 3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

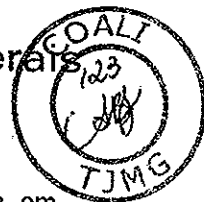
8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado; de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.



8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 05(cinco) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. A Ata poderá sofrer alterações quantitativas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 17 do Decreto Estadual nº 44.787/08;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais



DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de Compra, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:
comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

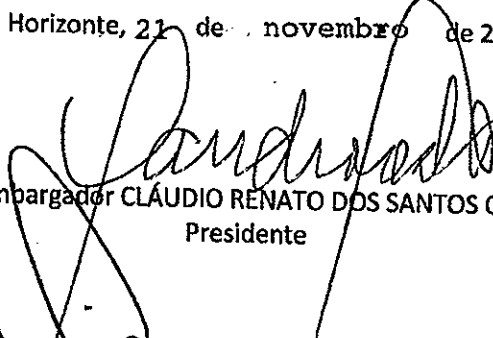
DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2011.

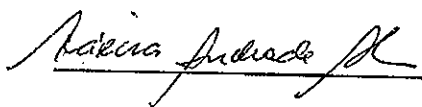
Pelo Tribunal:


Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

Pelo Fornecedor:


Amazildes Vieira Lima
BANDERBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Testemunhas:



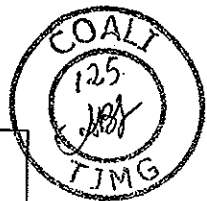




ANEXO I - DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDOR

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 031/2011)

LOTE	ITEM	CÓDIGO	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO (R\$) S/ICMS	FORNECEDOR
ÚNICO	1.1	47.10.018.4	400	Um	Bandeira do Poder Judiciário de Minas Gerais - interna Bandeira de dupla face, bordada, em tergal, nas medidas de 1,28 x 0,90m, branca (fundo), conforme lay out e pantones anexos , contendo: - ao centro, um triângulo equilátero vermelho; - sobre o triângulo vermelho, círculo branco, em cujas bordas há as inscrições: Poder Judiciário - Minas Gerais - 1711; - ao centro do círculo branco aparece uma figura estilizada, que mescla os elementos da balança e da espada; faixa verde e amarela, como remissão às cores da bandeira nacional, que se estende ao longo do retângulo, no sentido horizontal, sobre a qual se destaca o triângulo equilátero vermelho.	130,95	BANDERBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
	1.2	47.010.019.2	400	Um	Pedestal para 4 bandeiras Pedestal em madeira, nas medidas de 60,0 x 25,0 x 18,0cm (comprimento x largura x altura). Tolerâncias nas dimensões: ± 5,0cm	175,57	
	1.3	47.010.020.6	400	Um	Pedestal para 5 bandeiras Pedestal em madeira, nas medidas de 65,0 x 25,0 x 18,0cm (comprimento x largura x altura). Tolerâncias nas dimensões: ± 5,0cm	191,62	
	1.4	47.10.021.4	400	Um	Mastro para bandeira com ponteira em madeira Mastro interno, c/2,20m de comprimento (incluindo a ponteira)	33,86	





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais



dias, sobre a notícia de falecimento da credora.

Precatório nº: 157/2004 Alimentar
Credor: Antônio Raimundo Borges Ferreira e outros
Devedor: DER/MG
Advogado(s): Pedro Paulo Nogueira de Rezende - OAB/MG 21.204;
Decisão/Despacho: Defiro o pedido de destaque e determino que sejam preservados os valores dos honorários contratuais em requerimento neste pedido sobre os direitos de HOMERO DE SOUZA NETO, JURANDY PEREIRA DA SILVA e SEBASTIÃO NERES FRANCINO. Registre-se Pedro Paulo Nogueira de Rezende como beneficiário do valor dos honorários contratuais apontados nesta decisão, para regular quitação por ocasião do pagamento do crédito no precatório. Quanto à reserva incidente sobre créditos de outros credores, deve o requerente Pedro Paulo Nogueira de Rezende comprovar a relação contratual para tanto.

Precatório nº: 186/2004 Alimentar
Credor: Maria Alice Caldeira Lacerda de Lorenzo e outros
Devedor: DER/MG
Advogado(s): Pedro Paulo Nogueira de Rezende - OAB/MG 21.204;
Decisão/Despacho: Defiro o pedido de destaque e determino que seja preservado o valor dos honorários contratuais em requerimento neste pedido. Registre-se Pedro Paulo Nogueira de Rezende como beneficiário do valor dos honorários contratuais apontados no requerimento, para regular quitação por ocasião do pagamento do crédito no precatório.

23 de novembro de 2011.

De ordem do MM. Juiz de Direito, Ramon Tácio de Oliveira, da CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS DO TJMG - CEPREC -, ficam intimadas as partes e procuradores a seguir, das decisões e despachos, conforme lista em discriminação.

Precatório nº: 154/2003 Alimentar
Credor: Nesy Lúcia Chagas Viggiano
Devedor: IPSEMG
Advogado(s): José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior - OAB/MG 55.150; Cirino Raimundo do Nascimento OAB/MG 104.174; Luiz Gustavo Souza Moura OAB/MG 77.576; Helena Retes Pimenta Bicalho OAB/MG 96.292; Fábio Murilo Nazar OAB/MG 76.955.
Extrato de decisão/despacho: Dê-se ciência às partes, devendo os cálculos da dívida ser apresentados nos termos da decisão transitada em julgado, com as definições apontadas por este juízo.

Precatório nº: 151/2003 Alimentar
Credor: Helbe Baeta Damasceno e outros
Devedor: IPSEMG
Advogado(s): José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior - OAB/MG 55.150; Luiz Gustavo Souza Moura OAB/MG 77.576; Helena Retes Pimenta Bicalho OAB/MG 96.292; Fábio Murilo Nazar OAB/MG 76.955; Ridalton Siqueira Tavares OAB/MG 73.527.
Extrato de decisão/despacho: Dê-se ciência às partes, devendo os cálculos da dívida ser apresentados nos termos da decisão transitada em julgado, com as definições apontadas por este juízo.

Precatório nº: 2/1990 Comum
Credor: Humberto Viana Speschit e S/M
Devedor: Município de Caratinga
Advogado(s): Francisco Viana Speschit OAB/MG 30.983; Maurisson Magno de Moraes OAB/MG 76.973.
Extrato de decisão/despacho: Em face da concordância dos credores com o recebimento dos valores, expeçam-se os alvarás aos credores deste

precatório. Com relação ao crédito de Humberto D'Alcantara Espeschit, reserve-se 50% à sua esposa e pague a ele a outra metade. Aguarde o requerimento específico para liberação do crédito de honorários.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Gerência de Compra de Bens e Serviços
 Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes
 23.11.2011

AVISO DE INTENÇÃO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 062/2010 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - BA

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS torna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 062/10 decorrente do Pregão Eletrônico nº 042/2010, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - BA, adquirindo: 30 (trinta) veículos marca Chevrolet, modelo Celta, potência 1.0CC, com 04 portas e ar condicionado no valor total de R\$741.000,00 (setecentos e quarenta e um mil reais), do fornecedor General Motors do Brasil Ltda. Belo Horizonte, 22.11.2011.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/11

Processo: 2085/2011
Licitação: 146/2011
Modalidade: Pregão Presencial
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de bandeiras do Poder Judiciário de Minas Gerais, de mastros e de pedestais.
Vigência: de 21.11.2011 a 21.11.2012

Lote Único: BANDEBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.*
 (*) Republicado por incorreção

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no site www.tjmg.jus.br link licitações.

1º Termo Aditivo - Ata de Registro de Preços

Ata de Registro de Preços nº 021/2010
 Processo nº 2102/2010
 Licitação nº 114/2010 - Pregão Eletrônico
 Fornecedor: MÁXIMO DISTRIBUIDORA LTDA.
Lotes 03, 04 e 05
 Altera-se o prazo de vigência prorrogando-o até 10.12.2012.

2º Termo Aditivo - Ata de Registro de Preços

Ata de Registro de Preços nº 021/2010
 Processo nº 2102/2010
 Licitação nº 114/2010 - Pregão Eletrônico
 Fornecedor: DMPO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA.
Lote 6
 Altera-se o Anexo I da Ata de Registro de Preços para mudança da marca alterada.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/11

Processo: 1701/2011
Licitação: 118/2011
Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de aparelhos condicionadores de ar tipo "janela".
Vigência: de 21.11.2011 a 21.11.2012.

LOTE ÚNICO: STR COMERCIAL LTDA.

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no site www.tjmg.jus.br link licitações

* Republicado por incorreção.

Gerência de Contratos e Convênios
 Gerente: Adriana Lage de Faria Navarro
 23.11.2011

Termo Aditivo - Convênio (Extrato)

Município de Porteirinha/MG- 1ª TA de 21.11.2011 ao Cv. 187/2008 de 10.10.2008. - Objeto: Alteração de cláusula - Vigência: 21.11.2011 a 29.10.2013 - Valor do termo: Sem ônus para o Tribunal.

Termo de Apostilamento - Contrato (Extrato)

2º Termo de Apostilamento de 28.10.2011 - Joaquim José Mariano - Processo 2187/2011 - Ct. 281/2006 de 30.10.2006 - Objeto: Reajuste contratual - Valor inicial do Ct.: R\$ 4.800,00- Valor do Termo: R\$ 808,32 - passando o valor mensal do Ct. para R\$ 494,38 a partir de 30.10.2011 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 - Locação de Bens Imóveis - Pessoa Física - Novo valor do Ct. R\$ 11.865,12.

2º Termo de Apostilamento de 25.10.2011 - José Benedito da Silva - Processo 2190/2011 - Ct. 185/2000 de 25.10.2000 - Objeto: Reajuste contratual - Valor inicial do Ct.: R\$ 3.300,00- Valor do Termo: R\$ 312,00 - passando o valor mensal do Ct. para R\$ 381,62 a partir de 25.10.2011 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 - Locação de Bens Imóveis - Pessoa Física - Novo valor do Ct. R\$ 4.579,44.

2º Termo de Apostilamento de 28.10.2011 - Instituto São Jerônimo mantido pela Associação de Proteção à Infância e Assistência Social de Santa Luzia - Processo 2189/2011 - Ct. 321/2005 de 28.10.2005 - Objeto: Reajuste contratual - Valor inicial do Ct.: R\$ 8.040,00 - Valor do Termo: R\$ 690,96 - passando o valor mensal do Ct. para R\$ 845,24 a partir de 28.10.2011 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.20 - Locação de Bens Imóveis - Pessoa Jurídica - Novo valor do Ct. R\$ 10.142,88.

3º Termo de Apostilamento de 14.10.2011 - Maria Cristina Sampaio Xavier e Lara Cristina Xavier de Magalhães Pinto - Processo 2154/2011 - Ct. 319/2007 de 15.10.2007 - Objeto: Reajuste contratual - Valor inicial do Ct.: R\$ 90.000,00 - Valor do Termo: R\$ 1.538,16 - passando o valor mensal do Ct. para R\$ 1.845,78 a partir de 15.10.2011 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.117.3.3.90.36.11 - Locação de Bens Imóveis - Pessoa Física - Novo valor do Ct. R\$ 99.010,80.

4º Termo de Apostilamento de 21.11.2011 - Maria Cristina Sampaio Xavier e Lara Cristina Xavier de Magalhães Pinto - Processo 2147/2011 - Ct. 159/2007 de 20.05.2007 - Objeto: Reajuste contratual - Valor inicial do Ct.: R\$ 150.000,00- Valor do Termo: R\$ 3.620,40 - passando o valor